

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.644 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2003

Reforma do Judiciário será examinada por 30 dias na CCJ

Ao anunciar decisão, Sarney argumenta que complexidade do tema e número expressivo de emendas apresentadas à proposta justificam seu reexame no momento em que o Senado renova quase 50% de seus integrantes. Indicado para presidir CCJ, Edison Lobão anuncia prioridade para a proposta, que terá novo relator na comissão.

PÁGINA 3

Ministro debate Previdência com base governista

Encontro com Ricardo Berzoini agrada governistas e fortalece compromissos deles com a reforma da Previdência. Ministro defende votação de projeto que disciplina o regime de previdência complementar do servidor público.

PÁGINA 4



José Cruz

Berzoini (ao microfone) garante que não existe decisão tomada quanto às mudanças na Previdência. "Vamos ouvir todos os segmentos envolvidos", disse aos senadores da base governista

PECs marcam reinício das sessões deliberativas hoje

O limite de R\$ 2 mil para as aposentadorias do setor privado está previsto em uma das duas propostas de emenda à Constituição que se encontram na pauta do Senado hoje, quando recomeçam as sessões deliberativas. A outra PEC acaba com as votações secretas no Congresso. A proposta original só previa o fim do voto secreto nas deliberações sobre perda de mandato parlamentar, mas seu alcance foi ampliado, em substitutivo, para todas as decisões das duas Casas legislativas.

PÁGINA 2

Comissões elegem hoje seus presidentes

Eleição de novos presidentes das comissões permanentes do Senado está prevista para hoje à tarde, após as votações em Plenário. Senadores que irão presidir as comissões foram definidos anteriormente, em acordo de lideranças partidárias.

PÁGINA 5



José Cruz

Senado discute novo limite para as aposentadorias

PEC que aumenta valor máximo para R\$ 2 mil e a que acaba com votações secretas no Congresso têm hoje a quarta sessão de discussão

Duas propostas de emenda à Constituição (PEC) têm hoje a quarta sessão de discussão antes de serem votadas em primeiro turno — as PECs são votadas após cinco sessões de discussão. Uma delas é a que estabelece o valor de R\$ 2 mil como limite máximo para as aposentadorias do setor privado, por meio de lei específica. A proposta é de Mauro Miranda, com voto favorável do relator, Waldeck Ornelas, os dois com mandatos já encerrados e não renovados.

A PEC estabelece ainda que esses proventos serão reajustados na mesma época e pelo mesmos índices aplicados aos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, de forma a preservar o poder de compra dos aposentados.

A outra proposta é a que acaba com as votações secretas no Senado e na Câmara. O texto original, do senador Tião Viana (PT-AC), previa o fim do voto secreto quando estivesse em votação a perda de mandato de senadores, mas foi ampliado pelo relator, o então senador José Eduardo Dutra.

O relator propõe o fim do voto secreto nas seguintes situações: manutenção de prisão de parlamentar detido sob o fundamento de flagrante delito por crime inafiançável; de veto do presidente da República a projeto de lei; da escolha de magistrados, do presidente do Banco Central e de outras autoridades que dependam de aprovação do Senado; da exoneração, de ofício, do procura-

dor-geral da República antes do término do mandato. As duas PECs estarão em condições de ser votadas amanhã.

Deverão ser apreciados ainda projetos de decreto legislativo que tratam de renovação de concessões ou outorga de permissões para emissoras de rádio. Três projetos renovam as concessões da Fundação Espírita André Luiz para explorar emissora de rádio em Guarulhos (SP); da Fundação Dom Joaquim para sua rádio em Tefé (AM), e da Fundação Bom Jesus de Cuiabá para continuar operando sua emissora AM em Cuiabá (MT). Um projeto outorga permissão para a Fundação Dom Eduardo Duarte Silva operar emissora FM em Uberaba (MG).

Jefferson defende sessões nas quintas-feiras à tarde

Em nome do PDT, o senador Jefferson Péres (AM) fez um apelo ontem ao presidente do Senado, José Sarney, para que as sessões deliberativas das quintas-feiras ocorram a partir das 14h30, como determina o Regimento Interno da Casa. Ele argumentou que a realização das sessões de quinta-feira na parte da manhã, conforme decisão de um conselho de líderes, prejudica o funcionamento das comissões.

Jefferson exemplificou sua argumentação mostrando que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), de acordo com o Regimento, deveria funcionar nas terças-feiras a partir das 10h, mas neste horário funciona a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A CRE passou então

a marcar suas reuniões para as terças à tarde e, geralmente, não consegue se reunir porque neste horário ocorre a ordem do dia. De acordo com o senador, a Comissão de Educação também vem sendo prejudicada.

— Se a maioria dos líderes entender que a situação deve continuar, deve-se então modificar o Regimento e estabelecer um novo horário de reuniões das comissões. Estará se regularizando uma situação anômala, mas não se estará contribuindo para melhorar a imagem desta Casa — afirmou.

O senador reconheceu que suas ponderações não são populares, mas observou que seu dever, como membro do Senado, o obriga a dizer palavras que podem desagradar algumas pessoas.



Roosevelt Pinheiro

Jefferson Péres quer mais tempo para reunião das comissões permanentes

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) concordou que se não houver consenso entre os líderes, a respeito da mudança do horário das sessões das quintas-feiras, deve prevalecer o Regimento Interno.

Sarney garantiu que em sua gestão todas as sessões das quintas-feiras serão deliberativas, desde que haja matéria. Ele informou que na última reunião de líderes a questão foi debatida e que em breve terá uma decisão. Caso não haja consenso, ele fará prevalecer o Regimento, que estabelece que as sessões deliberativas das quintas-feiras devem ocorrer às 14h30.

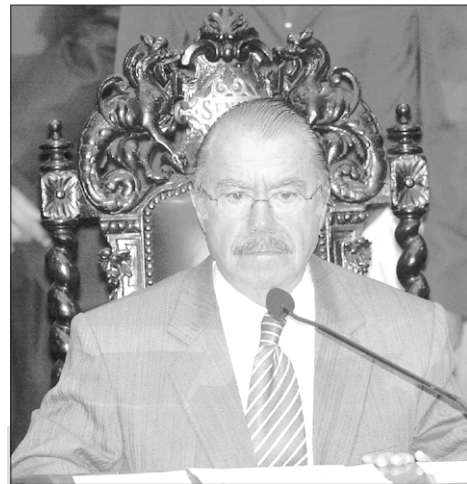
Sarney volta a usar cadeira do Império

A cadeira que o presidente do Senado, José Sarney, usou para conduzir a primeira sessão ordinária da 52ª Legislatura na tarde de ontem data de 1867. Feita de madeira de lei e couro, foi usada na primeira sede do Senado, no Palácio do Conde dos Arcos (1826 a 1924), e continuou em uso no Palácio Monroe (1925 a 1960), ambos no Rio de Janeiro. Junto com duas outras iguais, veio para Brasília na mudança da capital, em 1961.

A chefe de serviço do Museu do Senado, Tânia Toledo Tenório, explicou que a cadeira foi usada por Sarney na sua outra gestão na Presidência da Casa (1995-1996). De acordo com Tânia Tenório, Sarney voltou a usar a cadeira histórica pelo amor que tem por antiguidades e por bens culturais. Os dois últimos presidentes, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Ramez Tebet (PMDB-MS), escolheram cadeiras com estilo mais moderno para presidir as sessões.

Além da que o presidente está usando no Plenário, há outra cadeira igual no gabinete da Presidência. Uma terceira está em exposição no Museu do Senado e pode ser vista pelo público. As cadeiras foram usadas na época em que atuaram senadores ilustres como Rui Barbosa, Antonio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, ou João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe.

A maioria dos móveis usados no gabinete da Presidência da Casa são antiguidades tombadas pelo Patrimônio Histórico. Peças do final do século 19 podem ser vistas pelo público no Museu do Senado nas segundas, terças e quartas, das 9h às 12h30, e nas quintas e sextas, das 14h às 18h. Informações podem ser obtidas pelo telefone 311-4029.



Roosevelt Pinheiro

José Sarney voltou a usar a cadeira histórica por apreço aos bens culturais



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente
José Sarney

10h15 — Prefeito de Macapá, João Henrique Pimentel
10h30 — Presidente do Grupo Orsa, Sérgio Antonio G. Amoroso
11h — Ministro Paulo Afonso, acompanhado do ministro Walter Costa Porto
11h30 — Representantes da empresa J.Sabino do Amapá
12h — Embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak

Vice-presidente
Paulo Paim

9h — Recebe juiz e representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, Paulo Schimdt

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PEC que dá nova redação ao § 2º do art. 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador; PEC que altera redação do § 2º do art. 201 da Constituição federal, para dispor sobre o valor máximo dos benefícios do Regime de Previdência Social, entre outras matérias.

COMISSÕES

17h — Eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes do Senado

ESPECIAL

9h30 — Reunião da bancada do PT com o ministro Celso Amorim, das Relações Exteriores.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Slhessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

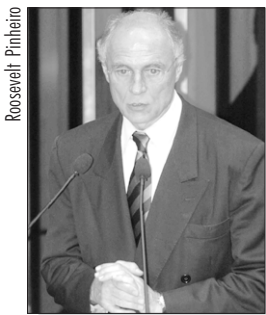
O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Conselho de Ética pode acompanhar inquérito da PF

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou à Mesa, ontem, requerimento assinado por 22 senadores do PT, PL, PTB e PDT solicitando que o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), designe uma comissão para acompanhar as investigações da Polícia Federal sobre os grampos telefônicos ocorridos na Bahia. Suplicy disse que, atendendo aos anseios da população de correção dos procedimentos políticos, entregou cópia do requerimento ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que está sendo acusado de ter sido um dos mandantes dos grampos.



Suplicy apresentou requerimento sobre apuração do grampo

A decisão de apresentar o requerimento foi tomada em reunião dos senadores dos partidos que apóiam o governo. Conforme o requerimento, há necessidade do acompanhamento porque

“reportagens publicadas na imprensa induzem à participação de senador na solicitação das gravações”. O requerimento não menciona o nome de Antonio Carlos Magalhães, citado nas reportagens. O líder do PT, Tião Viana (AC), afirmou que o inquérito da Polícia Federal “está andando bem” e, por isso, os partidos concluíram que não há necessidade de CPI.

— A Polícia Federal poderá concluir as investigações em no máximo 14 dias. Se a investigação estiver concluída, para que uma CPI? Seria um contra-senso. Historicamente, fomos e seremos a favor de CPI quando ela se fizer necessária — sustentou o líder petista.

O presidente do Conselho de Ética, Juvêncio da Fonseca, informou que convocará uma reunião assim que os partidos indicarem senadores para substituir no conselho os parlamentares não reeleitos. A seguir, pretende propor que sejam indicados dois senadores para acompanhar as investigações.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) observou que a posição do bloco governista tem apoio em outros partidos. “Parece existir um consenso de que esse assunto só deve ser tratado pelo Congresso, se for o caso, após concluído o relatório da Polícia Federal”, observou.

CCJ vai reexaminar proposta de reforma do Judiciário

Sarney justifica decisão pela complexidade do tema e fato de o Senado ter sido renovado em quase 50%. Comissão terá 30 dias para analisar matéria

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem, em Plenário, sua decisão de enviar a proposta de reforma do Judiciário de volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele argumentou que a complexidade do tema e o número expressivo de emendas já apresentadas à proposta justificam seu reexame, em especial no momento em que a Casa sofreu uma renovação de quase 50% de seus integrantes.

Em obediência ao Regimento Interno, a proposta terá 30 dias de prazo para sua tramitação na CCJ. Os senadores poderão apresentar suas sugestões ao novo relator, que será designado pelos integrantes da comissão, mas não será reaberto prazo para emendas, informou Sarney.

Terminada a tramitação na CCJ, a proposta de reforma do Judiciário, na forma do substitutivo aprovado, voltará a ser examinada em Plenário, em dois turnos,



Decisão de José Sarney de enviar reforma do Judiciário a reexame da CCJ foi aprovada por unanimidade no Plenário

por se tratar de uma emenda constitucional.

Sarney lembrou que a reforma do Judiciário começou sua tramitação no Senado no ano de 2000, depois de ter sido aprovada na Câmara dos Deputados. Seu primeiro parecer, do relator e ex-senador Bernardo Cabral, foi aprovado na CCJ e enviado ao Plenário, em que recebeu mais de 200 emendas e destaques.

O presidente explicou que, por

exigência regimental, a proposta precisou voltar à CCJ para exame das emendas. Em seguida, em Plenário, já em 2002, a reforma do Judiciário terminou sua tramitação em primeiro turno. Mas não houve tempo para o segundo turno de votação antes do término da legislatura, em dezembro.

A decisão da presidência sobre a nova tramitação do projeto de reforma do Judiciário foi aprovada por unanimidade em Plenário.

Lobão prevê muito trabalho, mas diz que comissão cumprirá dever

O senador Edison Lobão (PFL-MA), indicado pelo seu partido para a Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), afirmou ontem que, caso tenha seu nome confirmado pelos membros da comissão, como foi acordado entre os líderes partidários, dará prioridade à análise da proposta de reforma do Judiciário.

— Vamos ter que lidar com a reforma do Judiciário agora, neste início de legislatura. Ela foi concluída pela comissão depois de longos debates, foi ao Plenário do Senado, recebeu mais de 200 emendas e, agora, volta para a CCJ — lembrou Lobão.

A reforma do Judiciário está entre as 722 matérias que já esperam o parecer da CCJ neste início de ano. Entre elas, Lobão destacou projetos que compõem a reforma política. Porém, ele observou que boa parte das propostas que mudam a legislação político-eleitoral brasileira já foi votada pela comissão e enviada à Câmara dos Deputados.

— As demais reformas, a tributária e a da Previdência, serão tam-

bém examinadas detidamente pela comissão. Além das mais de 700 matérias que já se encontram na comissão e outros projetos que serão apresentados agora, no início do ano. O fato é que a CCJ terá um período de intensos trabalhos para poder se desincumbir das suas responsabilidades — previu.

Lobão recebeu do PFL a responsabilidade de comandar a CCJ depois da desistência do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e disse que está pronto para assumir a comissão, por onde passa a maior parte dos projetos e outras proposições que tramitam pelo Senado.

— Trata-se de uma instituição do Parlamento brasileiro, de grande importância e de grande valia para a apreciação dos projetos. Todas as propostas de emenda à Constituição, por exemplo, passam pela CCJ, que examina nelas a constitucionalidade e a legalidade. É a partir dela que projetos seguem para as comissões específicas, as comissões temáticas — ressaltou.

A eleição de Lobão está marcada para hoje, após a ordem do dia da



Lobão, que deve ser eleito presidente da CCJ, anuncia prioridade para a reforma do Judiciário

primeira sessão deliberativa da legislatura, a partir das 17h. A convocação para a reunião deve ser feita pelo membro mais idoso da CCJ, de acordo com o artigo 88 do Regimento Interno do Senado, que será identificado somente depois que as lideranças partidárias finalizarem as indicações dos membros das comissões.

— Tenho consciência das minhas responsabilidades à frente da comissão, se for eleito. Ainda terei que me submeter à eleição por parte dos companheiros. Uma vez eleito, sei o quanto pesa a presidência da comissão, que é a mais importante do Senado. Nós, como é da tradição da comissão, trabalharemos intensamente para cumprir o nosso dever — afirmou Lobão.

Projeto de mudança político-partidária entra logo em pauta

Das reformas consideradas prioritárias para o país, a do Judiciário e a política devem ser as primeiras a entrar em pauta no Senado. O anúncio partiu do líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP), e recebeu o aval dos líderes partidários do bloco de apoio ao governo, formado pelo PTB, PL e PSB, que se reuniram ontem. Segundo Mercadante, as reformas da Previdência e tributária só devem chegar ao Senado depois de discutidas e votadas pela Câmara dos Deputados.

Há dez anos em tramitação no Congresso, a reforma do Judiciário já havia sido votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mas a falta de consenso em torno de aspectos polêmicos, como a adoção da súmula vinculante, suscitou o seu reexame. Mercadante acredita que, após a chegada da matéria à CCJ, cinco sessões serão suficientes para promover os ajustes necessários e aprovar o relatório final.

Quanto à discussão da reforma política a partir do Senado, o líder do governo afirma que pesou o fato de a Casa já haver votado muitas proposições ligadas ao tema, como a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas, a regulamentação da cláusula de barreira e das coligações partidárias. A intenção do bloco governista, conforme explicou Mercadante, é reunir todas as matérias em uma “proposta conclusiva”, que integre tanto as proposições já votadas como aquelas ainda em aberto.

PACTO

Enquanto o Executivo não encaminha um projeto acabado sobre mudanças no sistema previdenciário, Mercadante diz concordar com a votação do Projeto de Lei Complementar nº 9/1999, que disciplina o regime de previdência complementar para o servidor público. Em relação à reforma tributária, ele defende um projeto capaz de reconstruir o pacto federativo e enfrentar a guerra fiscal entre os estados.

— O acordo em torno da questão tem de preservar a distribuição do bolo tributário entre os entes federados — afirmou.

Na opinião de Aloizio Mercadante, a reforma tributária deverá se pautar nos seguintes princípios de convergência: desburocratização do processo, de forma a imprimir racionalidade e agilidade ao sistema; unificação do código tributário; redução do número de tributos; combate à sonegação, elisão e evasão fiscal.

Berzoini defende previdência complementar

Para ministro da Previdência e Assistência Social, reunido com senadores da base governista, o projeto de lei que disciplina essa alternativa de aposentadoria para servidores públicos é a “possibilidade maior” para superar desequilíbrios

Ao final de encontro fechado que teve com os senadores da base governista, o ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, disse ontem que considera desejável a votação do Projeto de Lei Complementar nº 9, de 1999, que disciplina o regime de previdência complementar do servidor público. Com isso, observou o ministro, o Parlamento concluirá processo iniciado em 1999 de definir a estrutura legal complementar à Constituição.

O ministro qualificou de “possibilidade maior”, para a superação dos desequilíbrios existentes nos regimes próprios dos servidores públicos, a combinação de um sistema unificado para futuros servidores com um conjunto de mudanças de regras para os atuais.

— Estamos discutindo com a população, com os servidores, com os senadores e deputados, e estamos apontando que, do ponto de vista do equilíbrio fiscal, da justiça social e da perspectiva econômica nos próximos anos, essa é a possibilidade maior. O que não quer dizer que é uma decisão tomada, porque estamos em processo de debate e vamos ouvir a opinião de todos os segmentos envolvidos — declarou.

Segundo Berzoini, o “desequilíbrio” dos regimes próprios dos servidores da União, estados e municípios é hoje de R\$ 40 bilhões, sendo R\$ 23 bilhões apenas da União. Com a proposta de combinar sistema unificado para os futuros servidores com novas regras para os atuais será possível,



Ricardo Berzoini (ao microfone) apresentou aos parlamentares as diretrizes preliminares do governo para a reforma previdenciária

de acordo com o ministro, obter-se equilíbrio a médio e longo prazos e alguns efeitos positivos já poderão ocorrer a partir de 2004.

Sobre o Projeto de Lei Complementar nº 9, Berzoini declarou

que o texto pode ser melhorado, tanto mediante a aprovação de destaques, na Câmara, quanto por meio de propostas dos senadores. Ele lembrou que o projeto, depois de votado pelos depu-

tados, virá ao Senado e poderá retornar à Câmara, caso seja modificado. O ministro observou que o projeto é meramente autorizativo e não incide na reforma da Previdência: “A sua aprovação não condiciona a reforma que faremos”, garantiu.

Berzoini apresentou aos senadores do bloco governista, em reunião que durou cerca de três horas, as mesmas diretrizes que levou ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Disse que o governo está buscando construir consensos a cada momento e tem grande interesse em conversar sobre a matéria, para que os parlamentares tenham o maior número de informações possível, o máximo de transparência e de segurança para votar.

Encontro agrada governistas e fortalece compromisso com reforma

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) declarou ontem, após encontro do ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, com os senadores governistas, que o mais importante na reunião foi identificar que o governo não tem uma proposta pronta para a reforma da Previdência e demonstra vontade de chamar o Congresso Nacional e a sociedade para debater o assunto.

— Nós queremos saber exatamente as estimativas relacionadas à fraude, os mecanismos de combate à fraude, os mecanismos que podem alterar a legislação em relação às chamadas empresas “pilantrópicas”. Nós queremos identificar o nível da songação



Senadores da base de apoio do governo debateram as ideias para mudanças na Previdência, por três horas, com o ministro Berzoini

da União, que ao longo da história não estabeleceu a sua contrapartida aos cofres públicos, ou o que foi retirado oficialmente, que são quase R\$ 50 bilhões ao ano, relacionados à desvinculação da

receita da União — disse Heloísa.

Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o sentimento da base governista na Casa durante o encontro com Berzoini foi o melhor

possível, pela consistência do diagnóstico, pelo detalhamento dos dados mais importantes do sistema previdenciário, pela apresentação das diretrizes preliminares “do que pode vir a ser o projeto que o Executivo encaminhará possivelmente ao Congresso”.

— Essa discussão, além de esclarecedora, é um compromisso de participação da bancada na construção dessa proposta — acrescentou Mercadante, para quem o governo está adotando um procedimento democrático.

Segundo o líder, houve longa discussão no encontro, muitas perguntas foram devidamente respondidas e os senadores saíram “bastante motivados e empe-

nhados em impulsionar essa reforma, consensualmente assumida como um grande desafio”.

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a previsão do ministro é de enviar a proposta de reforma previdenciária até o final de abril. O senador defendeu a associação da reforma da Previdência à reforma tributária, pois a mudança no sistema previdenciário poderá acarretar perda de arrecadação.

Paim defendeu o deslocamento da contribuição previdenciária das empresas, que deixaria de ser sobre a folha de pagamento para incidir sobre o faturamento. Para o senador, isso pode estimular a contratação no mercado formal.

Magistrados entregam sugestões a Paim

O 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim, disse ontem, durante encontro com presidentes de Tribunais de Justiça dos estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Rio Grande do Sul, que irá defender amplo debate na Casa sobre a reforma da Previdência, antes de exame de qualquer proposta sobre o tema.

Ele recebeu das mãos do presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, desembargador José Fernandes Filho, documento que será entregue ao ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, em que são descritas as preocupações e sugestões dos magistrados

sobre a reforma.

Paim comunicou aos desembargadores que será um defensor, no Legislativo, da manifestação de todas as categorias de trabalhadores sobre o assunto, pois, em sua opinião, todos que serão atingidos têm interesse em participar das discussões.

— Pretendo suscitar debates em que juízes, militares, servidores públicos e trabalhadores em geral possam colocar suas posições, pois, atualmente, todos já compreendem e concordam com a reforma da Previdência, desde que realizada em um patamar equilibrado, assegurando-se os direitos e não os privilégios — afir-

mou o senador.

Ele declarou também que é favorável à integralidade das aposentadorias dos servidores públicos, mas defendeu a necessidade de revisão de aposentadorias que possam configurar privilégios, como as de valores acima de R\$ 30 mil.

O documento entregue pelos magistrados, explicou o desembargador José Fernandes, foi elaborado pelos presidentes dos tribunais dos 27 estados e representa a preocupação de cerca de dez mil magistrados, ativos e inativos, além de pensionistas. Entre os pontos levantados, eles destacam o fato de a categoria ter atividade diferenciada dos de-



Sugestões dos juízes sobre a reforma da Previdência foram apresentadas a Paim por presidentes de tribunais estaduais de Justiça

mais servidores, e por isso podem para continuar classificados como funcionários de carreira típica de Estado.

— Esse texto não é corporativista, mas um documento para ser

lido, ponderado e analisado, pois foi elaborado com o apoio daqueles que são responsáveis por 70% da prestação de serviço jurisdicional do país — afirmou o magistrado.



Fábio Pozzebon

Paulo Octávio (E) organizou ontem reunião de parlamentares do DF para definir posições comuns em defesa da capital do país

Bancada do Distrito Federal vai ter atuação conjunta

O senador Paulo Octávio promoveu ontem a primeira reunião da bancada parlamentar do Distrito Federal para definir posições comuns em defesa de Brasília. Os parlamentares resolveram solicitar audiência ao presidente da República para discutir o contingenciamento do Orçamento, que, avaliam, afeta quase todas as emendas da bancada que destinam recursos para investimentos no DF num total de R\$ 191 milhões.

Foi discutida também a criação de escritórios da Presidência da República em capitais do país. A proposta tem recebido críticas de integrantes da bancada. Os vetos parciais do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso ao pro-

jeto que criou o Fundo de Assistência Financeira do DF também foram discutidos pela bancada.

O senador Eurípedes Camargo, os deputados Wasny de Roure, Sigmaringa Seixas e a deputada Maria José Maninha, todos do PT, não compareceram devido à realização de reunião da bancada do partido. Maninha, por meio de sua assessoria, manifestou ao senador Paulo Octávio a disposição de servir de interlocutora junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Compareceram ao encontro os senadores Paulo Octávio e Valmir Amaral (PMDB) e os deputados federais José Roberto Arruda (PFL), Tadeu Filippelli (PMDB), Pastor Jorge (PL), Tatico (PTB) e Alberto Fraga (PMDB).

Eduardo defende recursos para conclusão de ferrovia

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem confiar que o excesso de arrecadação e o andamento da rotina administrativa permitirão ao presidente da República e aos ministros reverem os cortes do Orçamento, de modo a



Para Eduardo Siqueira Campos, Ferrovia Norte-Sul barateará alimentos

permitir a continuidade das obras da eclusa do Rio Tocantins e da Ferrovia Norte-Sul.

— Não estamos falando de uma questão paroquial ou regional. A eclusa permitirá 700 quilômetros de navegação, barateando o custo de toda soja brasileira, que chega hoje 30 dólares mais cara aos mercados externos — observou.

Os cortes atingiram as emendas dos parlamentares, que reservaram R\$ 46 milhões para a eclusa. Eduardo Siqueira Campos declarou ainda que existem R\$ 36 mi-

lhões consignados e mais R\$ 23 milhões de uma emenda da Comissão de Transportes para a Ferrovia Norte-Sul.

O senador destacou que, como as emendas para as duas obras foram apresentadas pelos oito deputados e os três senadores do Tocantins, todos os parlamentares deverão de defender as emendas aprovadas.

— Nessa hora não nos dividimos em partidos, mas nos comportamos como representantes dos nossos estados.

Eduardo destacou que tanto a Norte-Sul quanto a eclusa, ambas em andamento, poderão contribuir efetivamente para o programa Fome Zero.

— Fome Zero é alimento barato, e alimento barato é transportado por ferrovia e hidrovia — afirmou.

Presidentes de comissões devem ser eleitos hoje

Nomes dos senadores que comandarão os colegiados foram definidos em acordo de lideranças partidárias. Eleição ocorrerá após ordem do dia

As comissões permanentes do Senado devem eleger seus novos presidentes hoje à tarde, após as votações em Plenário. O presidente da Casa, José Sarney, confirmou ontem a instalação dos colegiados. Os nomes dos senadores que ocuparão os cargos foram definidos em acordo de lideranças partidárias.

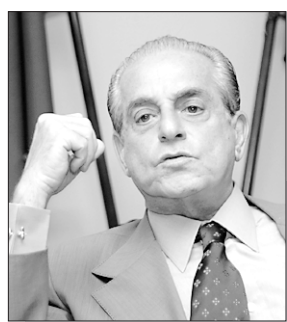
A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deve escolher o senador Ney Suassuna (PMDB-PB); a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o sena-

dor José Jorge (PFL-PE); a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve eleger o senador Edison Lobão (PFL-MA); a Comissão de Educação (CE), o senador Osmar Dias (PDT-PR); a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Romero Jucá (PSDB-RR); e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Tebet quer iniciar logo discussão das reformas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu, em entrevista exclusiva à Agência Senado, que o Executivo aja com rapidez no encaminhamento das grandes reformas estruturais do país, como as tributária e previdenciária.

Indicado pelo seu partido para assumir a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Tebet disse que o colegiado vai procurar atuar com eficiência e rapidez na discussão e votação das reformas. Contudo, acrescentou, o Executivo “tem de agir rápido, aproveitando o atual cenário de expectativas favoráveis



Rogério Pinheiro

CAE agilizará as votações das propostas enviadas pelo Executivo, disse Tebet

promover as grandes reformas, quando o atual governo está aureolado por uma expectativa positiva e uma esperança muito grande de toda a sociedade. É preciso que se agilizem logo os projetos e que se diga com clareza quais são os princípios norteadores das mudanças. O Execu-

tivo deve enviar suas propostas para o Congresso o mais rapidamente possível.

Tebet disse que a CAE deverá discutir também o endividamento da União, estados e municípios. Para ele, entretanto, a discussão terá de guardar sintonia com os debates sobre a reforma tributária, já que os dois assuntos estão interligados. “Vamos discutir a questão do endividamento com todo zelo e cuidado, já que envolve a reformulação de um novo pacto federativo.” Conforme Tebet, os níveis de endividamento dos estados e municípios não devem ser modificados antes de se discutir a reforma tributária, pois esta poderá indicar soluções para o fortalecimento das finanças estaduais e municipais.

Jucá propõe que CAS faça visitas aos estados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve assumir uma “importância muito grande” na nova legislatura em função das prioridades do governo Lula na área social. Pensando assim, o senador Romero Jucá (PSDB-RR), indicado pelo seu partido para ocupar a presidência do colegiado, irá propor hoje mudanças para ampliar a atuação da comissão.

— A CAS estará presente no Brasil. Iremos debater, fiscalizar e acompanhar *in loco* os programas sociais e os problemas nessa área. Ela deve adquirir um caráter itinerante, com visitas aos estados — exemplificou Jucá em entrevista à Agência Senado. O senador considera que o governo tem demonstrado não possuir propostas acabadas na área social, o que reforça, a seu ver, a possibilidade de atuação da CAS nas discussões.

Para conseguir intensificar os

trabalhos da comissão, Jucá deve propor a instalação de quatro subcomissões. Uma delas é a do idoso, que poderá ficar a cargo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que possui larga experiência nesse campo. As outras ainda não estão definidas. Mas é intenção do senador dedicar atenção especial a temas como violência urbana, reforma agrária e meio ambiente.

— Vamos ajudar o PT a se cobrar. Nesta semana o governo liberou a importação de pneu velho, indo contra decisão do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e contra o que o PT havia pregado — disse Jucá.

A eleição do presidente e do vi-



Roosevelt Pinheiro

Jucá foi indicado pelo PSDB para presidir a Comissão de Assuntos Sociais

ce-presidente da CAS, prevista para a tarde de hoje, deve ser transformada na primeira reunião de trabalho da comissão. Jucá quer alterar o horário de funcionamento do colegiado, que se reúne toda quarta-feira às 9h, para evitar que ela preceda

as reuniões semanais da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por onde devem tramitar as propostas de emenda à Constituição com as reformas estruturais. O senador vai sugerir que as reuniões ocorram às 17h de terça-feira, ou na própria quarta-feira, às 17h30. Outra possibilidade, afirmou, é retornar ao horário antigo de funcionamento da CAS, às quintas-feiras pela manhã.

DEBATE NO PLENÁRIO

Atuação do Executivo divide senadores

O discurso em que o senador Jorge Bornhausen acusou ontem o Executivo de não encaminhar ao Congresso projetos de reformas obteve ampla repercussão no Plenário. Aloizio Mercadante, líder do governo, Antonio Carlos Valadares e Tião Viana apontaram as dificuldades herdadas da administração anterior e defenderam amplo debate das propostas de mudanças, enquanto Romero Jucá e Arthur Virgílio destacaram supostas contradições de petistas e aliados.

Bornhausen cobra propostas do governo

O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), cobrou do governo Luiz Inácio Lula da Silva o encaminhamento ao Congresso dos projetos das reformas anunciadas em 29 de outubro do ano passado. Ele lembrou que,



Bornhausen: governo não apresenta projetos para reformas

passados três meses e meio da vitória do atual presidente, ainda não foram apresentadas propostas concretas de modificações na Previdência, no setor tributário ou na legislação eleitoral.

— Se assim não está ocorrendo é porque ou o governo não tem projetos ou, o mais provável, pretende fugir às responsabilidades, escondendo-se atrás de um conselho (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social criado por Lula para assessorá-lo na elaboração das propostas das reformas) que ele mesmo escolheu para depois dizer que as maldades necessárias nasceram das idéias dos ilustres conselheiros e não do governo e seu partido — afirmou.

O senador disse que o PFL considera estranha a ausência de uma discussão maior, por parte do governo federal, sobre a reforma política, que já teve alguns projetos aprovados no Senado, entre eles o de fidelidade partidária, que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados. O senador afirmou que o seu partido quer que seja dada prioridade à reforma política.

Mesmo reconhecendo que Lula ainda está no início de sua gestão, Bornhausen criticou iniciativas tomadas pelo governo petista, como a criação de ministérios e secretarias que, segundo o senador, teriam como objetivo atender “companheiros derrotados” nas urnas.

Bornhausen disse ainda que o PT vem tomando medidas que criticava quando estava na oposição, como o aumento na taxa de juros. Ele lembrou que quando a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso aumentava os juros, os petistas denunciavam que a medida servia unicamente para aumentar o lucro dos bancos.

Valadares diz que FHC comprometeu futuro do país

O discurso do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) com críticas aos primeiros dias do governo de Luiz Inácio Lula da Silva provocou reações dos parlamentares da base governista. O senador Antonio Carlos



Para Valadares, governo Lula recebeu herança trágica

Valadares (PSB-SE) foi à tribuna logo após o presidente nacional do PFL, para defender o governo Lula e creditar as dificuldades por que passa a economia brasileira à gestão Fernando Henrique Cardoso e seus aliados no Congresso.

— Nos últimos oito anos, o Brasil, em vez de não se submeter ao capital internacional e às imposições do mercado financeiro, comprometeu o seu futuro e das suas gerações. Uma herança trágica foi entregue a Lula por Fernando Henrique Cardoso e os resultados tiveram a participação do Partido da Frente Liberal (PFL). As propostas de campanha ainda não tiveram os avanços que imaginávamos porque o rombo é muito maior do que pensávamos — afirmou.

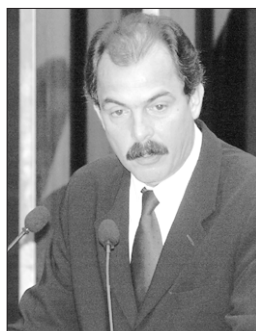
O pronunciamento de Valadares recebeu o apoio das senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Serys Slhessarenko (pronuncia-se Slshesarenko), do PT de MT. Elas ressaltaram o caráter democrático do encaminhamento das propostas de reformas pelo novo governo ao Congresso. “As propostas estão sendo discutidas com a sociedade e devem refletir a vontade do povo. É um governo que respeita o povo e não age de forma autoritária”, salientou Ana Júlia.

— Foi um ataque gratuito dos que nada fizeram, não só nos últimos oito anos. É importante que se cobre o governo, mas é preciso uma postura racional. O governo é atacado por não ter mandado projetos nos primeiros dias. Vamos debater as propostas com a sociedade e não fechados em gabinetes — disse Serys.

Antonio Carlos Valadares ressaltou a importância da reforma da Previdência para a melhoria das contas públicas e para que o país trilhe o rumo do desenvolvimento.

Mercadante defende inclusão social e rebate críticas

Em seu primeiro discurso como senador, Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu a inclusão social como um dos instrumentos do desenvolvimento econômico sustentável. “Crescimento econômico



Mercadante resalta que país é campeão em desigualdade

exige inclusão social”, afirmou. Ele lembrou que o Brasil foi considerado pelo Banco Mundial um dos campeões mundiais da desigualdade social, uma vez que os 20% mais pobres da população detêm apenas 2,5% da renda total do país.

— Somos o quinto pior do mundo. Mas, se tomarmos o extremo oposto, os 20% mais ricos da população, ganhamos três posições: somos o segundo pior do mundo, com um nível de participação dos mais ricos na renda em torno de 63,8%, só superado pela República Central Africana.

Respondendo ao senador Jorge Bornhausen, Aloizio Mercadante cobrou um pouco mais de humildade.

— Foram oito anos no governo — e não 48 dias — e não foram capazes de fazer a reforma tributária. Fizemos um contingenciamento de R\$ 14 bilhões no Orçamento pela herança perversa que recebemos.

Mercadante defendeu a simplificação dos tributos e a desoneração das folhas de pagamento para criar mais empregos e acabar com a guerra fiscal entre os estados. Ele frisou que esta é uma tarefa que deve envolver todas as instâncias da República. Já a reforma da Previdência, segundo ele, não pode ser feita de cima para baixo, de maneira apressada e com pacotes.

— O governo não virá com projeto pronto e acabado para impor como um rolo compressor à sua base e nem para transformar parlamentares em despachantes de luxo.

Mercadante rebateu o que classificou de “ataque violento” ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e explicou que instâncias semelhantes existem em outros 25 países, inclusive na União Européia.

Jucá: herança resulta da ação de todos os partidos

“O Brasil que o presidente Fernando Henrique Cardoso entregou ao presidente Lula é muito melhor que o Brasil que ele recebeu oito anos atrás”, afirmou ontem o senador Romero Jucá (PSDB-



Jucá: “Brasil que FHC entregou é melhor que o que recebeu”

RR), em resposta ao líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), que reclamara da administração recebida pelo atual presidente. Segundo Jucá, a herança recebida por Lula é fruto não só da ação do governo Fernando Henrique, mas consequência da ação política de todos os partidos nesses últimos oito anos, inclusive o PT.

Jucá apontou projetos que o PT se recusou a votar, entre eles o da reforma da Previdência. Em sua opinião, se esse projeto tivesse sido votado, a previdência complementar do setor público já estaria aprovada há três anos e não haveria mais por que discuti-la. “Podíamos estar discutindo a realidade do presente, mas o futuro estaria garantido. Essa herança tem um componente de falta de condição política para diminuí-la e o PT tem responsabilidade nisso”, acrescentou.

Jucá afirmou que jamais viu o PT tão preocupado com a governabilidade do país como está agora. “A herança poderia ter sido pior, se não tivesse sido aprovado o fator previdenciário contra o voto do PT, se não tivesse sido aprovado o Fundef (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) contra o voto do PT, se não tivesse sido aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal contra o voto do PT e contra a ação do PT.”

Ao referir-se à reunião de ontem do Comitê de Política Monetária (Copom), Jucá disse esperar uma decisão de queda nos juros. “Não tem sentido esquecerem o discurso de que aumentar a taxa de juros é privilegiar o capital especulativo internacional, é uma proposta neoliberal.” E anunciou que está elaborando projeto para reduzir o superávit de 4,25% para 3% do PIB.

DEBATE NO PLENÁRIO

Tião Viana pede moderação e lucidez na análise dos temas de interesse do país

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), pediu mais moderação e lucidez no debate sobre os temas de interesse do Brasil, para que o Congresso Nacional possa avançar na apreciação das reformas estruturais de que o país necessita. Ele rebateu críticas feitas ao governo Luiz Inácio Lula da Silva



Tião Viana rebateu críticas de Bornhausen e Jucá ao governo Lula

na sessão de ontem pelos senadores Jorge Bornhausen (PFL-SC) e Romero Jucá (PSDB-RR).

Segundo o senador pelo Acre, Jorge Bornhausen foi “duro e injusto” ao afirmar que, se o Código Eleitoral tivesse incorporado “uma irônica invenção jurídica” do deputado Delfim Netto (PPB-SP), o PT poderia ter cometido estelionato eleitoral ao modificar seu conceito sobre diversos te-

mas, como a política de juros praticada no país.

– Bornhausen usou palavras duras que podem significar injustiça, um ato de agressão desnecessário ao PT. Diante do que ele falou, não sabemos mais quem é o radical – comentou Tião Viana.

O pronunciamento de Romero Jucá também recebeu resposta do líder petista no Senado. Ele considerou uma “meia verdade” a afirmação do senador por Roraima de que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso deixou um país melhor do que encontrou. Tião Viana reconheceu melhorias na educação e no acesso a políticas sociais, mas registrou que o número de desempregados cresceu de 4 milhões

para 12 milhões no governo FHC.

Sobre o aumento do salário mínimo para R\$ 240, defendido por Jucá, Tião Viana lembrou que o próprio candidato do PSDB, José Serra, no último debate transmitido pela televisão antes do segundo turno da eleição presidencial, afirmou que o máximo que poderia ser pago seria R\$ 220.

Tião Viana também discordou da opinião expressa por Jucá de que as reformas só não foram aprovadas ainda em virtude de obstrução do PT no Congresso. O líder petista no Senado comentou que durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso o governo tinha maioria para aprovar o que fosse do seu interesse.

– O governo anterior usava seu rolo compressor no Congresso. Mas esse não é o propósito do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo atual tem o propósito de se pautar pela humildade permanente – afirmou Tião Viana.

Arthur Virgílio afirma que Brasil sofre o “custo PT”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu coerência ao PT, apontou erros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e fez um balanço positivo do governo Fernando Henrique Cardoso. Na avaliação efetuada pelo senador, em discurso na tribuna, o partido de Lula ainda não deu provas suficientes de amadurecimento e de que teria abandonado convicções que defendia quando era oposição.

– A persistência de ataques inconseqüentes ao governo recém-findo leva-me a questionar até que ponto esse amadurecimento é profundo, real e sincero. Será que o PT avançou na sua compreensão do país e na formulação de propostas adequadas ao mundo que o rodeia? Ou teria guardado suas convicções porque o ato de governar lhe dá um choque diário de realidade? – questionou Arthur Virgílio, que comparou o PT no governo a “um lobo em pele de cordeiro”.

O líder do PSDB creditou ao PT parcela de culpa nos problemas econômicos do país. Arthur Virgílio disse que as reformas

que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defende como forma de baixar os juros não foram aprovadas devido à atuação do PT durante o governo Fernando Henrique. Dessa forma, concluiu o senador, o partido seria um “enorme culpado pelas taxas escorchantes”.

– Denuncio que existe um custo PT embutido no custo Brasil e que tira competitividade de nossa economia, trava o crescimento, reduz a capacidade de geração de empregos – afirmou.

Depois de louvar avanços do governo Fernando Henrique nas áreas de educação, modernização produtiva e combate à pobreza, “possíveis graças à estabilidade econômica”, Arthur Virgílio apontou erros do atual governo.

– O esforço na direção dos mercados é louvável. Mas a conversão recente e mal assimilada aos princípios da economia real leva o PT a exageros típicos de



Arthur Virgílio: PSDB não rejeitaria boas propostas só porque vieram do governo

cristão-novo. Em vez da prometida mudança radical da política econômica, que seria o desastre, o que vemos é uma continuidade de sem convicção nem criatividade, que poderá também custar caro ao país – afirmou.

Apesar das críticas, Arthur Virgílio ressaltou que seu partido não negará apoio ao PT na aprovação de reformas que os tucanos considerem importantes para o país.

– O PSDB não rejeitaria boas propostas só porque vieram do governo. Primeiro, porque não queremos passar pelo constrangimento de apoiar as mesmas propostas amanhã, quando retornarmos ao poder. E porque o Brasil tem pressa, e com desemprego recorde e tantas mazelas sociais dentro de casa, não temos tempo a perder. O relógio está correndo e quem paga a conta é o povo.

Para Mercadante, elogios ao governo anterior ignoram a realidade nacional

Em resposta aos discursos dos senadores Romero Jucá (RR) e Arthur Virgílio (AM), ambos do PSDB, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que os parlamentares relativizaram as questões, apesar da herança que o novo governo recebeu do ponto de vista da precariedade das finanças públicas e da crise social que o país atravessa.

De acordo com Mercadante, o senador Arthur Virgílio – assim como o candidato do governo anterior – arrolou uma série de estatísticas para mostrar como o país está bem.

– O problema é que esse Brasil só existia na televisão, porque, quando o povo abria a janela e via o Brasil real que estava lá fora, do desemprego, da violência e da insegurança, a resposta veio na urna na busca de uma alternativa que representasse mudança – afirmou o senador por São Paulo.

O líder do governo considerou “voluntarista” a proposta de Romero Jucá de resolver o problema do superávit primário com a apresentação de um projeto de lei para que o Congresso Nacional rebaixe o patamar previsto pelo Executivo. Mercadante concordou que o Brasil está prisioneiro de uma lógica, que deve ser criticada, mas lembrou que um problema tão complexo como esse não se resolve com um decreto ou uma lei.

Mercadante aconselhou os representantes do governo anterior a tratarem do tema desemprego com muita moderação, porque a taxa de crescimento

dos últimos oito anos foi a quarta pior do século 20 na economia brasileira.

Em relação à crítica ao programa Fome Zero, o líder do governo disse que as dificuldades apresentadas decorrem do ineditismo da proposta, já que em 500 anos nunca foi feito nada parecido. Ele lembrou que até agora nenhum país pobre conseguiu erradicar a fome, e essa tarefa o Brasil pode fazer.

Mercadante citou uma série de propostas nas quais o PT votou com o governo, para rebater a crítica feita de que o partido só agora pensa na governabilidade, e que não se comportava da mesma maneira na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, quando fazia oposição sistemática. O senador citou também o compositor Raul Seixas, ao dizer que prefere “ser uma metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”, para responder às cobranças de que o PT teria mudado de posição. Mercadante afirmou que o PT mudou muito ao longo da história e que é essencial estar comprometido com as mudanças.

O parlamentar petista disse que o governo vai trabalhar a gestão, diminuindo as terceirizações e melhorando a qualidade do gasto público, para ter capacidade de investimento. Ele observou que as primeiras medidas do governo nesse sentido já fizeram o risco país diminuir e a taxa de câmbio melhorar, mesmo com a ameaça de guerra.

Jucá defende projeto que reduz superávit primário

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse ontem que a atual conjuntura macroeconômica permite uma redução da meta de superávit primário, dos 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), anunciados pelo governo, para 3%. O senador anunciou que vai apresentar projeto de lei nesse sentido e refutou a acusação, feita pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), de que a medida seria “voluntarista”.

– Voluntarismo foi o PT propor um plebiscito para o não pagamento da dívida externa – rebateu.

Romero Jucá afirmou que a discussão do projeto na Comissão Mista de Orçamento será uma boa oportunidade de debater a questão dos superávits.

Ideli destaca presença feminina no poder

Para senadora catarinense, qualquer solução para os problemas do país, sejam sociais, econômicos ou políticos, requer a participação das mulheres, que representam hoje metade da população brasileira

A crescente presença feminina em postos de destaque no país e a importância das mulheres na história catarinense foram lembrados ontem pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em discurso da tribuna. Ela é a primeira senadora eleita por Santa Catarina, onde obteve a maior votação na história do estado.

Para a senadora, sua eleição “se deve indiscutivelmente aos ventos da mudança”, que permitiram que “pessoas que não estão vinculadas às oligarquias e aos sobrenomes importantes pudessem ocupar os espaços políticos”. Ideli ressaltou que a banca feminina na Casa cresceu 100%, chegando a dez senadoras.

Ideli Salvatti opinou que qualquer solução para os problemas do país, sejam sociais, econômicos ou políticos, “passa pela inclusão das mulheres”, hoje mais da metade da população. Para a parlamentar, o fato de o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ter colocado na Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher a ex-senadora Emília Fernandes, com a missão de integrar todas as políticas voltadas para o



Ideli Salvatti destacou que atual legislatura conta com dez senadoras

gênero, “é uma demonstração inequívoca” de que as mulheres terão espaço.

A senadora relacionou, entre as mulheres que detêm cargos importantes no governo, além de Emília, as ex-senadoras Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, e Benedita da Silva, secretária de Assistência e Promoção Social, e a engenheira Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia. Destacou também a presença, na Mesa do Senado, de Serys Slhessarenko (PT-MT), segunda suplente de secretário.

Ideli salientou que Santa Catarina – estado que tem “nome de mulher” – é a terra de Ana de Je-

sus Ribeiro, a Anita Garibaldi, cuja figura constitui “um símbolo do que as mulheres dão conta de fazer”. Citando frase de Anita – “um filho num colo, um fuzil no outro” –, disse que, para as mulheres, “criar um filho e participar de uma luta revolucionária é uma tarefa só”.

Outra catarinense mencionada pela parlamentar foi Maria Rosa, “liderança incontestada da Guerra do Contestado”. Também de Santa Catarina é a primeira santa brasileira, a famosa Madre Paulina, observou.

A senadora referiu-se também à primeira deputada federal agricultora, Lucy Choinacki (PT-SC), e à ex-deputada estadual Antonieta de Barros, eleita em 1934. Ideli Salvatti ressaltou que Antonieta é “filha de pai jardineiro e mãe lavadeira, professora e negra”.

Em seu discurso, Ideli Salvatti desejou o restabelecimento do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que se acidentou durante um mergulho. Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou o pronunciamento de Ideli Salvatti, ressaltando que as mulheres “estão hoje à frente em várias situações”.

Magno Malta relata sua trajetória até o Senado

Ao estreiar na tribuna, o senador Magno Malta (ES), líder do PL, agradeceu a Deus e à sua mãe, dona Dadá, a força e a coragem que o fizeram vencer na vida política e chegar até o Senado, o ponto culminante de sua trajetória política.

Malta lembrou a infância pobre em Itapetinga (BA) e a mudança para o Espírito Santo, onde se elegeu, sucessivamente, vereador, deputado estadual e deputado federal e, depois, senador. Ele disse que sua tenacidade fez com que conseguisse uma vaga para integrar a CPI do Narcotráfico.

– Fiz gestões junto aos então líderes do PSDB, Aécio Neves; do PMDB, Geddel Vieira Lima; e do PFL, Inocêncio de Oliveira, mas não puderam me ceder uma vaga na CPI.



Malta: o mais importante é saber compartilhar anseios

Com o patrocínio e apoio do senador Antonio Carlos Magalhães, tive mais sorte e o PFL decidiu me ceder um lugar na comissão. Terminei sendo o presidente da CPI que tantos resultados brilhantes obteve na luta contra o narcotráfico – afirmou.

Malta lembrou que o Brasil vive tempos de nova política, em que o mais importante não é ter conhecimentos de Engenharia ou Direito, mas ter cultura, como é o caso do presidente Lula, que, com sua experiência de mundo, sabe compartilhar os anseios do povo, ao pregar a erradicação da fome e do desemprego no país.

O senador disse que só se descobre o valor da vida compartilhando anseios espirituais e recursos materiais com os semelhantes.

Crivella anuncia luta em favor do Nordeste

Em seu primeiro discurso em Plenário, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) anunciou ontem as primeiras metas de sua atuação na Casa. Ele pretende trabalhar pelo desenvolvimento do Nordeste, correção de distorções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e



Marcelo Crivella também quer corrigir distorções no ICMS

Serviços (ICMS) e aprovação de uma lei de responsabilidade social. E prometeu continuar, no âmbito do Legislativo, a luta que vem travando, como pregador evangélico, “em favor de uma sociedade mais justa”.

O parlamentar disse que vai se esforçar para tornar possível a multiplicação da experiência do projeto Nordeste/Fazenda Nova Canaã. Conforme explicou, trata-se de um modelo de desenvolvi-

mento inspirado em fazendas coletivas israelenses (conhecidas como *kibutzim*), que atende a inúmeras famílias carentes de Irecê (BA), cidade localizada no Polígono das Secas. De acordo com Crivella, a iniciativa se caracteriza pelo baixo custo de implementação, auto-suficiência e auto-sustentabilidade, propiciando um complemento ideal para o programa Fome Zero, conduzido pelo governo.

Marcelo Crivella apontou, como exemplo de distorção no ICMS, o fato de, no Rio de Janeiro, o imposto não ser cobrado sobre a produção de petróleo, privando o estado de importante receita. Lembrou que o Rio é o segundo maior arrecadador de tributos da

União, recebendo do governo federal apenas cerca de 10% do que arrecada.

SONHO

Quanto à Lei de Responsabilidade Social, o senador defende que parcelas dos impostos gerados numa comunidade carente sejam aplicadas na própria comunidade. Ele explicou que não se trata da criação de um novo tributo, mas do redirecionamento da aplicação dos impostos que já existem. Crivella disse partilhar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva do sonho de ver o Brasil livre da fome. E afirmou que o projeto Nordeste/Fazenda Nova Canaã é o marco inicial da realização desse sonho.

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e César Borges (PFL-BA) apartearam Marcelo Crivella, desejando-lhe êxito.



Jane de Araújo

SARNEY RECEBE EMBAIXADOR DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, em visita de cortesia, o embaixador da República Popular da China no Brasil, Jiang Yuande.

– O senador Sarney, além de ser um destacado político e estadista, é também um grande amigo do povo chinês e fez numerosas contribuições para incrementar o entendimento mútuo e promover a cooperação com a China em diver-

sos setores – afirmou Yuande.

O embaixador lembrou que Sarney esteve na China em 1988, na condição de presidente da República, tendo lançado as bases da atual cooperação entre os dois países.

Sarney também recebeu o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Machado de Carvalho Neto.